
LITERATURA E LEITORES NA PRIMEIRA REPÚBLICA: UMA HISTÓRIA DA RECEPÇÃO DO ROMANCE *RECORDAÇÕES DO ESCRIVÃO ISAÍAS CAMINHA*

Joachin de Melo Azevedo Sobrinho Neto¹

A palavra (...) é o material mais duradouro. Se um poeta deu corpo à sua sensação passageira com as palavras apropriadas, aquela sensação vive através dos séculos nessas palavras e é novamente despertada em cada leitor receptivo.

Arthur Schopenhauer²

A epígrafe que ilustra o começo deste texto, escrita por Schopenhauer, por volta de 1851, foi retirada de uma coletânea de ensaios nos quais o filósofo alemão expressa uma série de preocupações com os rumos que sua língua materna estava tomando durante o século XIX. Chamo a atenção para o fato de que, para o autor, a palavra escrita e impressa possuía um papel bastante importante em relação à transmissão dos valores de uma época.

Em consonância com este pensamento de Schopenhauer e com os postulados da História Cultural, quando voltada para a compreensão dos interesses que movem o mercado editorial dos livros e as apropriações tecidas pelos leitores dessas obras, almejo, neste breve artigo, refletir sobre o contexto intelectual da *Belle Époque* carioca partindo da análise de cartas entre o autor e o editor do romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha* e dos pareceres críticos emitidos, sobre o teor da obra, pelos membros das instituições literárias oficiais.

Roger Chartier, em *Textos, impressos, leituras* (1990), propõe que os historiadores cultivem espaços de investigação ligados a história das práticas de leitura e como autores e editores tentam – por meio de inúmeros artifícios – “impor uma ortodoxia do texto, uma

¹ Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB e Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Campina Grande. Contato: joaquimmelo@msn.com

² Cf. SCHOPENHAUER, Arthur. *A arte de escrever*. Tradução de Pedro Sussekind. Porto Alegre: L&PM, 2007. (Epígrafe retirada do ensaio *Sobre a linguagem e as palavras*, publicado, originalmente, em 1851).

leitura forçada” (CHARTIER, 1990, p. 123). Pode-se entender essa postura como uma crítica às teorias puristas e as análises imanentes dos textos literários, que pensam a obra em si mesma. Não basta apenas compreender as intencionalidades de um escritor ao construir um texto, pois é necessário recordar que o livro, até chegar ao leitor, é submetido uma série de decisões editoriais que, nem sempre, caminham lado a lado com os desejos do autor.³

Recentemente, Chartier, em *As origens culturais da Revolução Francesa* (2009), embora reconheça a inovação e a ousadia das teses de Darnton⁴, alicerçadas em torno de uma vasta documentação encontrada na Suíça, sobre as atividades da Sociedade Tipográfica de Neuchâtel, não enxerga tantas disparidades entre o número de pedidos feitos por livreiros franceses por libelos pornográficos e livros filosóficos. Para Chartier, ambas as formas de escrita compartilharam, de forma equilibrada, o destino de saciar a fome de leitura de uma toda uma geração ávida por ter acesso a temas proibidos, transgressores e irreverentes. Isso significa que a leitura de livros taxados de crônicas escandalosas, e mesmo os da alta filosofia, que habitavam lado a lado os depósitos da Bastilha e as listas de pedidos dos livreiros, caracterizados pela construção de narrativas contestadoras e desrespeitosas das hierarquias estabelecidas, não incutiam, nas mentalidades dos leitores, o desejo de derrubar a ordem vigente.

Tão categórico quanto Darnton, Chartier afirma que a Revolução Francesa é que deu forma ao Iluminismo. Após os desfechos sangrentos deste advento histórico, houve toda uma preocupação em se criar um panteão para os pensadores que haviam teorizado conceitos como os de liberdade, igualdade e fraternidade. A ênfase dada por Chartier volta-

³ Como exemplo de seus postulados teóricos, Chartier (1990, p. 125-6) cita os elementos pré-textuais de uma obra espanhola datada do começo do século XVI, escrita por Fernando Rojas, intitulada *A Celestina*. O escritor ficou tão incomodado com determinadas formas como seu romance foi recepcionado pelos leitores, que escreveu, nas edições seguintes da obra, uma série de recomendações para os leitores seguirem e, assim, poderem compreender o teor do livro da forma mais apropriada.

⁴ Buscando mapear o que chamou de circuito social da literatura, no contexto da França pré-Revolucionária, Robert Darnton, em *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII* (1992), chega à conclusão surpreendente que a chamada baixa literatura, caracterizada por narrativas repletas de descrições de situações eróticas e que envolviam as desventuras sexuais de membros do alto clero e da nobreza, teriam contribuído, de forma mais efetiva, para dessacralizar o poder absolutista do que a literatura iluminista. Textos como *Teresa filósofa*, dentre outros, para Darnton, eram mais eficazes no sentido de arruinar simbolicamente a imagem pública do Rei e seu séquito do que os textos iluministas.

se, principalmente, para a mudança nos hábitos de leitura dos franceses. Para o autor, o rompimento com a leitura oral que era pronunciada por um interlocutor a uma série de pessoas, sobretudo, nos lares parisienses e o surgimento de uma prática de leitura individual e crítica, seja dos libelos pornográficos ou da alta filosofia, é que está inserida em um processo histórico mais longo e ligado a descristianização da cultura literária.

Embora discorram sobre um contexto histórico muito distante dos quadros sócio-culturais da Primeira República brasileira, me utilizo de referências a Chartier e Darnton aqui por considerá-los como interlocutores indispensáveis para um estudo que procure problematizar o percurso que vai do manuscrito até o impresso e que engloba “as vidas que estavam por trás” (DARNTON, 1990, p. 137) dos livros. Ou seja, Chartier e Darnton, cada um a sua maneira, trouxeram para os debates sobre a História Cultural a possibilidade de se trabalhar com os testemunhos deixados pelos intermediários esquecidos da literatura.

No tocante ao Rio de Janeiro, do começo do século XX, a confluência das elites pensantes de várias regiões do país para a cidade se deu em torno da projeção da então capital brasileira como principal centro nacional de acontecimentos ligados a vida política e cultural. Como coloca José Murilo de Carvalho (1987, p. 22), “*por quase uma década, o Rio seria a arena onde os destinos se decidiram. Depois da independência, era o momento (...) de maior visibilidade para a capital, transformada em foco das atenções de todo o país*”. Dentro desse contexto, pode-se imaginar o quanto a capital federal tornara-se atrativa para os homens de letras que almejavam viver através da escrita. Porém, conseguir obter o sustento por meio do ofício próprio das *intelligentsias*, em um país cuja mais da metade da população total era formada por pessoas não alfabetizadas acabou tornando-se mais um motivo de desencanto diante das ambigüidades da modernidade nacional.

Sobre este aspecto da realidade vivenciada pelos intelectuais brasileiros na *Belle Époque*, Nicolau Sevcenko cita o poeta Cruz e Souza, Coelho Neto, Augusto dos Anjos, José Veríssimo, além de outros nomes, como homens de letras que deixaram impresso no papel, sejam através de crônicas, versos, prosas ou memórias, esse temor de que uma iminente tragédia financeira ou ostracismo os acometesse em vida. A sensação de isolamento denunciada por Cruz e Souza; o estorrecimento narrado por Coelho Neto diante da visita a um poeta talentoso que estava em leito de morte no seu mísero casebre de

periferia carioca; o desespero melancólico de Augusto dos Anjos diante da incompreensão e a dura constatação de José Veríssimo de que existia um abismo gigante entre intelectuais e o enorme contingente de iletrados no país remete a uma:

(...) transformação dessa geração de intelectuais utilitários, primeiramente numa pequena comunidade de eremitas e então de indigentes, ou quase isso, [que] assinalaria um momento traumático na evolução da história cultural do país. Deixados por si mesmos, desperdiçados como potencialidades sociais, acabariam com a consciência dividida entre o pensamento e ação, condenados a um distanciamento permanente da realidade. Por outro lado, essa trama iníqua os levaria a buscar raízes sociais alternativas e a comporta-se criticamente quanto aos poderosos do momento. Nos casos mais radicais, essa posição crítica os levaria mesmo a tentar uma revisão cabal da própria história do país e das suas virtualidades futuras, à luz da sua experiência traumática. (SEVCENKO, 2003, p. 116)

Receios, recalques, desencanto, traumas... Essas perspectivas que a floravam diante das reflexões geridas em torno da modernização nacional, e do papel que o intelectual deveria desenvolver ao longo desse processo, acompanham grande parte dos testemunhos deixados por esses literatos. Aos mais dispostos a se enquadrarem e exaltarem a ordem do dia restava abiscoitar sinecuras por meio de cargos públicos cedidos pelo governo federal ou municipal, que eram complementadas pela renda obtidas pela atuação desses espadachins da escrita junto à imprensa.

O acirramento dos ânimos entre os representantes das tendências belletristas e os integrantes da boemia literária da *Belle Époque*; as disparidades das concepções do papel do intelectual frente às questões de seu tempo e do próprio ofício literário, entre essas duas correntes, foram discutidas por Mauricio Silva em *A hélade e o subúrbio: confrontos literários na Belle Époque carioca* (2006). Neste sentido, temos, simbolicamente, os habitantes da hélade: literatos que conseguiram se incorporar ao filão dos intelectuais triunfadores, cujas penas serviriam para exaltar e revestir de dignidade os projetos excludentes que embasavam a implantação da Primeira República. Do outro lado, ocupando os subúrbios, estavam os intelectuais dissidentes dessa postura e que, por via das

vezes, sofreram na própria pele os efeitos desumanos e opressores próprios das estratégias de civilização do Rio de Janeiro.

Os representantes do veio literário “sorriso da sociedade”, além de Afrânio Peixoto, podem ser ilustrados por nomes como Olavo Bilac, Coelho Neto, João do Rio, Martins Fontes dentre outros. Ao se agruparem em torno de revistas e jornais famosos, da ABL, ocupando cargos políticos e públicos importantes e adotarem como estilo uma forma de expressão estética tipicamente parnasiana, esses escritores irão compor a oficialidade literária da época na medida em que “Esteticamente, caracterizavam-se pelo apego ao romance ornamental e pelas imagens estilizadas, bem ao gosto da novíssima expressão *art nouveau* que a Inglaterra criou e a França difundiu para o mundo todo. Além disso, não é alheio aos autores representativos dessa tendência um culto exacerbado à forma (...)” (SILVA, 2006, p. 30-1).

Mauricio Silva elenca como representante mor dessa tendência beltrista Coelho Neto, típico exemplo da literatura acadêmica que vigorou entre os círculos letrados oficiais da *Belle Époque*, por ser um autor fascinado pelo classicismo grego-latino – cuja influência já estava em declínio nas escolas literárias européias – que deveria servir como elemento apaziguador da balbúrdia própria da vida social e natural do Novo Mundo. Portanto, falar em literatura oficial, no começo do século XX, é se referir a “uma expressão estética intrinsecamente aliada ao poder, pois é a manifestação artística que, afinal de contas, acaba reproduzindo literariamente padrões estéticos ligados a camada social dominante” (SILVA, 2006, p. 32).

Reunidos em torno da premissa de contestar e dessacralizar esse vulto imponente do qual se revestia o intelectual triunfador, além de conferir a literatura brasileira uma expressão estética sensível a situação social e política do grosso da população, estavam os integrantes da boemia literária. Assim, enquanto os graves senhores de fraque e cartola se refugiavam nos altos salões literários e na sede da Academia Brasileira de Letras – no Rio de Janeiro – para discutirem as suas metafísicas concepções que envolviam os significados do fazer literário, uma geração de escritores mais jovens “(...) talvez, preferissem antes os assentos menos formais dos simples cafés espalhados por cada esquina do Rio de Janeiro ou até mesmo os assentos mais democráticos das confeitarias da moda, a uma laureada

cadeira da Academia” (SILVA, 2006, p. 41). Neste sentido, também em consonância com as considerações de Mauricio Silva, o principal biógrafo de Lima Barreto – Francisco de Assis Barbosa – já tinha sugerido, na introdução de *A vida de Lima Barreto* (1959), que desde o final de 1900, a ABL representavam o apogeu do convencionalismo literário, ao passo que os cafés e confeitarias – principalmente a Confeitaria Colombo – foram os *locus* escolhidos pelos boêmios para a consagração da sátira e da anedota.

Porém, é justamente nos círculos boêmios que Lima passa a se tornar, cada vez mais, adepto do alcoolismo. Também é no primeiro decênio do século XX que o escritor vai buscar colaborar em vários jornais da época, como uma tática para que a renda da família fosse complementada já que, mesmo com a aposentadoria de João Henriques efetivada, a situação econômica não era das melhores. Curioso é que mesmo sendo convidado para escrever para jornais e periódicos de grande circulação, como a *Fon- Fon* e *Correio da Manhã*, logo se afasta desses grandes expoentes da imprensa carioca, pois, como coloca Zélia Nolasco Freire (2005, p. 52), em *Lima Barreto: imagem e linguagem*, “não aceitou escrever louvores aos mandarins da política”.

O periódico que mais o empolga é o *Floreal*, mantido pelos próprios editores através de donativos, no qual podia exercer com plena liberdade suas convicções e partilhar de ideais socialistas, libertários e anarquistas com o jovem grupo de editores e colaboradores do jornal. É, inclusive, no *Floreal* que são publicados inicialmente os dois primeiros capítulos do romance *Recordações do escrivão Isaias Caminha*, mas, já em 1908, a revista dura poucos números. Em um período difícil, tanto pela situação familiar, quanto pelo fim do periódico, escreve no *Diário Intímo*: “já não consigo ler um livro inteiro, já tenho náuseas de tudo, já escrevo com esforço. Só o álcool me dar prazer e me tenta... Oh! Meu Deus! Onde irei parar?” (BARRETO, 1956, p. 135).

Ainda dando continuidade ao desabafo, Lima Barreto se refere a um livro escrito com cerca de trezentas laudas que não consegue terminar. Trata-se da obra *Recordações do escrivão Isaias Caminha*, o livro que marca a estréia do literato carioca como romancista e que gira em torno das experiências de humilhação e preconceito racial pelas quais passa um jovem jornalista negro, e interiorano, que tenta ganhar a vida no Rio de Janeiro como homem de letras e acaba tendo de se contentar com um cargo de continuo na redação de um

famoso jornal, no qual desfilam como funcionários quase todos os importantes literatos, da época, recriados no universo ficcional em que se desenvolve a trama romanesca.

Publicado por um editor português, chamado A. M. Teixeira, cujos originais lhe foram entregues em Lisboa pelo Noronha Santos quando esteve viajando pela Europa, o romance demorou a ser editado. Através de cartas destinadas a Teixeira, como a que se segue, visando obter notícias sobre as causas da demora na impressão do livro e do silêncio do editor, pode-se ter uma idéia do clima de aflição pessoal pelo qual passava Lima Barreto:

Escrevo-lhe cheio de ansiedade... Há bem quatro meses que nada sei do livro meu que o senhor teve a bondade de editar. Como é fácil maginar, na situação que assumi, o fato tem-me causado cuidados e provocado as mais extravagantes idéias. Eu penso de mim para mim: não vá o senhor Teixeira ter-se arrependido! Não vá acontecer de os meus inimigos tenham-no dissuadido de publicá-lo! Eu não sei bem se tenho inimigos, mas o meu livro deve ter. Não digo que sejam daí, porque ninguém conheço em Lisboa; mas estes grandes personagens brasileiros que passam por aí freqüentemente podem ter-lhe dito qualquer coisa em meu desfavor. (BARRETO apud BARBOSA, 1959, p. 167)

Na verdade, conforme salienta Assis Barbosa (1959, p. 168), Noronha Santos já teria alertado Lima, através de carta datada de 13 de março de 1909, que Paulo Barreto (João do Rio) também estaria em Lisboa e quando indagado pelo editor A. M. Teixeira se conhecia o autor do romance que estaria incumbido de publicar, ele respondeu negativamente (Cf. BARRETO, 1993, p. 214). O desdém de João do Rio, além de aumentar as desconfianças de Lima Barreto, em torno de uma conspiração para a não publicação de sua obra, pode ter deixado o literato com o orgulho intelectual bastante ferido. Sobre o retorno de João do Rio da Europa para o Rio de Janeiro, ainda no calor das emoções, Lima Barreto, em carta para Noronha Santos, datada de 3 de abril de 1909, tece mais algumas considerações sobre esse episódio:

O tal de Paulo Barreto chegou. Falou a respeito do livro ao João. Não achas engraçado que ele tenha se lembrado do caso? Surpreendeu-me que ele soubesse do assunto do livro. Não me

incomodei com a história. Sabes bem como o Paulo é covarde de toda a natureza. Ele imaginou no primeiro momento que se tratasse de alguma pergunta sem alcance, mas, tendo sabido que era um livro, arrependeu-se e correu ao João para ver se amaciava a cousa. Gostei até, porque justifica os deboches que lhe faço. (BARRETO, 1993, p. 214-5)

Nesse sentido, o próprio João do Rio aparece caricaturado no romance *Isaías Caminha*, cuja trama se desenvolve nos bastidores de um jornal famoso: uma alegoria do *Correio da Manhã*, no qual João trabalhava. O célebre cronista é representado por Lima Barreto como Raul Gusmão, uma mescla de suíno e símio, figurando entre os inimigos de Isaías Caminha, além de Edmundo Bittencourt, diretor do *Correio da Manhã*, que é descrito como um administrador violento, corrupto e devasso, chamado Ricardo Loberant. Figuram também, no romance, caricaturas de nomes ilustres nos círculos literários da época como Leão Veloso (Gil Vidal), Coelho Neto (Veiga Filho). Possivelmente, Lima Barreto se refere aqui ao João Rangel que era integrante da confraria “Esplendor dos Amanuenses”.

Porém, como coloca Osman Lins, em *Lima Barreto e o espaço romanesco*, ensaio pautado em análises imanentes da literatura barretiana – técnica pouco usual entre os críticos literários hoje em dia – *Isaías Caminha* não se trata de uma sátira de costumes, mas de uma obra na qual aflora todos os nuances de um estilo militante cioso de estabelecer, entre seus possíveis leitores e os cânones literários, uma atmosfera de:

(...) conflito, por vezes, não intrinsecamente, não no próprio romance e sim na escolha do tema, bem como na maneira de tratar Lima Barreto o tema. É o que se nota, fora do romance, na sua produção jornalística, reveladora de uma incompatibilidade radical entre o autor e a estrutura social que o cerca: o assunto é sempre o meio – a política, as desigualdades sociais, a alienação sob todos os aspectos – e a expressão atinge não raramente um tom de franca rebeldia. (LINS, 1978, p. 57)

Lima Barreto esperava que o romance *Recordações do escrivão Isaías Caminha* servisse como instrumento de reconhecimento dos seus méritos literários. Obra de cunho essencialmente confessional, como todo o conjunto literário produzido pelo escritor, era

uma forma de vingança contra todos os obstáculos que lhe impuseram e as injustiças, das quais se sentiu vítima, como o preconceito e o ostracismo intelectual.

Em poucos meses, depois de ceder os direitos autorais do *Isaías Caminha* para o editor português, com a primeira edição do livro pronta, as cópias disponibilizadas por A. M. Teixeira a Lima Barreto já tinha sido vendidas. Evidentemente, o jovem amanuense, ao elaborar um romance atacando a imprensa oficial, a sociedade, os preconceitos e o Exército, estava almejando revestir sua estréia literária de polêmicas. Estava a querer incitar o debate e a reflexão através de sua literatura militante. Porém, mesmo por parte dos amigos, que ocupavam cargos importantes nos jornais do Rio, pouco ou nada foi escrito a respeito do romance. A primeira opinião emitida sobre o livro foi a do crítico Medeiros e Albuquerque, sob o pseudônimo de J. dos Santos, no jornal *A notícia*, em dezembro de 1909. Segundo o crítico literário, o *Isaías Caminha* era:

(...) O seu livro é uma revelação e uma decepção.

Uma revelação porque é positivamente um escritor, seguro de sua pena, capaz de uma obra de fôlego. Seu estilo é bom, claro, nervoso.(...)

Mas o seu livro é, ao mesmo tempo, uma decepção, porque todo ele é feito de alusões pessoais, de descrição de pessoas conhecidas, pintadas de um modo deprimente. (...)

(...) um mau romance e um mau panfleto. (...)

Mau romance porque é da arte inferior dos *romans à clef*. Mau panfleto porque não tem a coragem do ataque direto, com os nomes claramente postos e vai até a insinuações a pessoas que mesmo os panfletários mais virulentos deveriam respeitar. (MEDEIROS E ALBUQUERQUE, 1909)

A solidariedade de Medeiros e Albuquerque com os medalhões das letras que foram satirizados pelo autor de *Isaías Caminha* é explícita, pois, conforme podemos pensar, a partir de Roger Chartier (1990, p. 137), a leitura que o crítico realizou do romance barretiana está marcada “*pela tradição, pela autoridade ou pelo mercado (...), submetida às vigilâncias e às censuras de quem tem poder sobre as palavras e os gestos*”. Os senhores de casaca que se reuniam na Livraria Garnier, avessos a boemia, que Lima Barreto ironiza no prefácio do romance formavam justamente a cúpula estreante da Academia Brasileira de Letras. Essa primeira avaliação negativa da obra incomoda profundamente

Lima Barreto, que responde ao crítico, através de uma carta, datada de 15 de dezembro de 1909, afirmando que:

(...) se a revolta foi além dos limites, ela tem contudo motivos sérios e poderosos. (...) Caso o livro consiga viver, dentro de curto prazo ninguém mais se lembrará de apontar tal ou qual pessoa conhecida como sendo tal ou qual personagem. (Cf. BARRETO, 1993, 239-40).

O literato carioca ainda finaliza a carta ponderando que está disposto, inclusive em próximas edições, a cortar algumas das referências a esses respeitáveis, no dizer de Medeiros e Albuquerque, personagens da Cidade das Letras, mas também escreve, de forma bem clara, que não se arrepende de tê-las feito. A essa altura, Edmundo Bittencourt, chefe do *Correio da Manhã*, em um ataque de fúria, ao ler o romance, já tinha decretado que estava proibido que o jornal citasse o nome de Lima Barreto por cinquenta anos, fazendo “*com que a maioria dos jornais também aderisse à decisão*” (FREIRE, 2005, p. 58). No caso do gaúcho Alcides Maia, que ainda não integrava a ABL, também houve a emissão de uma opinião que compara o *Isaiás Caminha* a um “*álbum de fotografias*”. Segundo o jornalista, o romance de estréia de Lima Barreto é uma verdadeira:

(...) crônica íntima de vingança, diário atormentado de reminiscências más, de surpresas, de ódios. (...)
O volume, vez por outra, dá a penosa impressão de um desabafo, mais próprio das secções livres do que do prelo literário. (MAIA apud BARBOSA, 1959, p. 177)

No rol da catalogação das impressões das leituras do romance *Recordações do escrivo Isaiás Caminha*, Francisco de Assis Barbosa cita, em *A vida de Lima Barreto*, na íntegra, a carta que o crítico José Veríssimo enviou ao romancista debutante. Valho-me dos trechos que considero como mais importantes do documento, por considerar que as considerações de Veríssimo acerca da obra de Lima foram, no geral, as mais sóbrias entre as que foram emitidas, na época, por se tratar de opiniões proferidas por um intelectual que já estava a certo tempo afastado das atividades jornalísticas. Segundo José Veríssimo, em carta a Lima Barreto, datada de 5 de março de 1910, *Isaiás Caminha* possui:

(...) o elemento principal para os fazer superiores, talento. Tem muitas imperfeições de composição, de linguagem, de estilo e outras que o senhor mesmo, estou certo, será o primeiro a reconhecer-lhe, mas com todos os senões é um livro distinto, revelador, sem engano possível, de talento real. Não lhe estou fazendo a crítica, da qual estou quase por completo afastado, e nem poderia fazê-la numa breve carta. Digo-lhe apenas chã e amistosamente a minha impressão geral do seu livro que é, e muito obrigado por ela, excelente.

Há nele, porém, um defeito grave, julgo-o ao menos, e para o qual chamo a sua atenção, o seu excessivo personalismo. É pessoalíssimo, e, o que é pior, sente-se demais que o é. Perdoe-me o pedantismo, mas a arte, a arte que o senhor tem capacidade para fazer, é representação, é síntese, e, mesmo realista, idealização. Não há um só fato literário que me desminta. A cópia, a reprodução, mais ou menos exata, mais ou menos caricatural, mas que não chega a fazer síntese de tipos, situações, estados d'alma, a fotografia literária da vida, pode agradar a malícia dos contemporâneos que põem um nome sobre cada pseudônimo, mas, escapando a posteridade, não a interessando, fazem efêmero e ocasional o valor das obras.

Eu que isto lhe digo, eu mesmo me delicieei, com a sua exata e justa pintura da nossa vida jornalística e literária, mas não dou por boa a emoção que ela me causou. (VERÍSSIMO apud BARBOSA, 1959, p. 181-2)

As poucas personalidades, ligadas à crítica oficial, quando se pronunciaram a respeito da literatura barretiana sempre destacam, de antemão, o caráter memorialístico e o estilo coloquial do escritor como características próprias de um mau romancista. José Veríssimo foi o único que reconheceu, em seu tempo, *Isaías Caminha* como uma obra elaborada por um literato de talento. O crítico não se posicionou publicamente a respeito da obra de Lima Barreto, com exceção de uma única vez ao elogiar a publicação do citado romance em folhetins, pela revista *Floreal*, em março de 1910 (Cf. FREIRE, 2005, p. 60). Alice Penteadó Marta (1995, p. 31), ao indagar sobre as causas que levaram José Veríssimo a não se referir às obras de Lima Barreto, quando voltou à ativa, colaborando com o jornal *O Imparcial*, em 1912, quando já estava publicado, além do *Recordações*, o *Triste fim de Policarpo Quaresma*, chega a conclusão de que o crítico literário não quis se comprometer apoiando um escritor que foi taxado pela cúpula da ABL como escandaloso, ou seja como um autor de um subgênero literário.

Ao refletir sobre a relação, vivida por muitos literatos enquanto drama, sobre escrita e exclusão social, Alfredo Bosi, em *Literatura e resistência* (2002), fala das diversas possibilidades temáticas que se abrem para o historiador da literatura que toma como objeto de estudo a condição do excluído ou do marginalizado como protagonista da escrita. Nesse sentido, cabe ao pesquisador sondar os temas, personagens e situações narrativas através das quais o escritor imprime a denúncia e a reivindicação social. No caso de Lima Barreto, segundo Bosi (2002, p. 258), vale salientar que o escritor fala a partir do lugar de intelectual negro, humilhado e ofendido e é da sensação de ressentimento e impotência diante das tramas que envolvem a manutenção da ordem oficial que “nasce a potência da sua crítica social e política”.

Este breve texto teve como escopo geral discutir uma faceta da história editorial durante a Primeira República. Adentrando nos bastidores da publicação do primeiro romance de Lima Barreto, fica explícita a dificuldade enfrentada pelo escritor para se afirmar enquanto homens de letras dentro do contexto de uma ordem que silenciava e excluía os literatos que não partilhassem do ideário elitista – republicano e liberal – adotado pelos intelectuais no começo do século XX. Não apenas o conteúdo, mas as dificuldades em editar e a própria recepção do *Isaías Caminha* ainda tem muito a dizer sobre as tramas de poder que se infiltravam nos meios letrados, velando pela manutenção da ordem vigente.

REFERÊNCIAS:

BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BARRETO, Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. Prefácio de Francisco de Assis Barbosa. Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Publifolha, 1997.

_____. *Um longo sonho do futuro: diários, cartas, entrevistas e confissões dispersas*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1993.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto (1881-1922)*. 2^a. ed. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1959.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

DARNTON, Robert. *Edição e sedição: o universo da literatura clandestina no século XVIII*. Tradução de Myriam Campello. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. Os intermediários esquecidos da literatura. In: *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e Revolução*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FREIRE, Zélia Nolasco. *Lima Barreto: imagem e linguagem*. São Paulo: Annablume, 2005.

LINS, Osman. *Lima Barreto e o espaço romanesco*. São Paulo: Ática, 1976.

MEDEIROS E ALBUQUERQUE (J. dos Santos). *A Notícia*. Rio de Janeiro, 15/12/1909.

PENTEADO MARTA, Alice. *E o boêmio, quem diria, acabou na academia*. Tese de Doutorado em Literatura de Língua Portuguesa. Universidade Estadual de São Paulo. 1995.

SCHOPENHAUER, Arthur. *A arte de escrever*. Tradução de Pedro Sussekind. Porto Alegre: L&PM, 2007.

SILVA, Maurício. *A hélade e o subúrbio: confrontos literários na Belle Époque carioca*. São Paulo: Editora da USP, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.